

# FRONTEIRAS LITERÁRIAS NA AMÉRICA LATINA: MUROS VISÍVEIS E INVISÍVEIS

Cláudio Ricardo Corrêa (Uerj)<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo mostra os muros visíveis e invisíveis presentes nas fronteiras literárias da América Latina (muros das línguas, dos mercados; dos capitais literários, dos centros hegemônicos, da indústria cultural, da colonialidade etc.). Para isso foi feito um recorte no qual são apresentadas e analisadas algumas ideias de Walter Mignolo, Beatriz Sarlo, Pascale Casanova; Mikhail Bakhtin e Gayatri Spivak. São abordadas a farsa do descobrimento da América; a dicotomia modernidade/colonialidade; a opção decolonial; as implicações entre centro e periferia; rótulos e muros que excluem; capital literário, meridiano de Greenwich; visibilidade; traduções imperialistas e colonialistas; *las orillas* de Borges; a fala do subalterno.

**Palavras-chave:** América Latina; literatura; colonialismo; fronteiras literárias; capital literário

## 1. Introdução

Ainda não se chegou a construir um muro, como o proposto por D. Trump entre Estados Unidos e México, mas há que se reconhecer os inúmeros muros invisíveis presentes nas fronteiras literárias, sejam eles quais forem: das línguas; dos centros hegemônicos; da indústria cultural; dos mercados de bens simbólicos; das críticas; dos capitais literários; da visibilidade; das políticas de valorização (ou da falta delas); da economia; da educação; dos cânones estabelecidos; da colonialidade; do imperialismo; enfim, das várias barreiras alfandegárias.

Nesse contexto, este artigo se propõe a apresentar outras ideias sobre o que se convencionou chamar de América Latina e se ela existe; a farsa do descobrimento da América e a conseqüente escravidão, violência e exploração dos povos nativos; as propostas de romper essas fronteiras de pensamento; as tentativas de rupturas, que, muitas vezes, acabam legitimando esses selos de reconhecimento dos grandes centros hegemônico; as vozes silenciadas que não conseguem se expressar; os muros que dividem e definem o mundo entre centros, periferias e diversos “subs”; os instrumentos de validação ou de negação dessas ideologias imperialistas e colonialistas; a dicotomia modernidade/colonialidade; a opção decolonial; as implicações entre centro e periferia; a possibilidade de fala do subalterno; traduções; o meridiano de Greenwich; literalidade; *las orillas* de Borges.

---

<sup>1</sup> Contato: correadtp@gmail.com

## 2. América Latina, rótulos e muros que excluem

### *La idea de América Latina*

Walter Mignolo, em *La idea de América Latina* (MIGNOLO, 2005), põe em discussão a facilidade com a qual aceitamos e adotamos as divisões em continentes; entre Oriente e Ocidente; Norte e Sul; Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Mundos (sendo este último cunhado para incluir – ou seria *excluir*? – os povos aborígenes da “América”, da Nova Zelândia e da Austrália) e deixa clara sua insatisfação com esta divisão geopolítica, imposta por constructos imperialistas nos últimos 500 anos.

O que se convencionou chamar de América nunca foi um continente que se pudesse descobrir, isso não passa de uma invenção forjada durante o processo da história colonial europeia e da consolidação da expansão das ideias e instituições ocidentais. Os relatos de “descobrimento” nunca pertenceram aos habitantes que aqui viviam – como os Anáhuac (território asteca) e os Tawantinsuyu (território inca). “América” ou “América Latina” são conceitos criados por europeus e *criollos* de ascendência europeia. Os índios e os *criollos* descendentes de africanos não foram convidados ao diálogo.

Mignolo se propõe a combater a noção europeia de ver os povos fora da Europa como *objeto* e não como *sujeito*, pois isso faz com que eles sejam colocados fora da história. Ele diz, claramente, que ao aceitar as coisas desta maneira, as perspectivas desse sujeito simplesmente não contam. A história passa a ser vista como um privilégio da modernidade europeia e para que os demais povos dela façam parte, é preciso deixar-se colonizar-se, dominar-se – voluntariamente ou não –, por uma perspectiva da narrativa, da vida, do conhecimento, da economia, da subjetividade, da família e da religião, moldada pela Europa Moderna. Este modelo é adotado como oficial – com pequenas alterações também pelos Estados Unidos –, o que impõe um sentimento de inferioridade aos seres humanos vítimas desse arquétipo.

Destaca ainda a existência de dois paradigmas – o do imperialismo e o da colonialidade –, que apesar de autônomos, se unem por meio da noção de poder. Do imperialista, fazem parte a retórica de “descoberta” da América e a construção da ideia de América Latina no século XIX. Do colonialista, faz parte o relato da história de colonização (e a conseguinte exploração), em uma versão contada sob a perspectiva do colonizador.

*Descobrimento* e *invenção* não são apenas interpretações distintas do mesmo acontecimento, são parte de dois paradigmas distintos. A linha que os separa é a da

transformação geopolítica do conhecimento; não se trata somente de uma diferença terminológica, senão também do conteúdo do discurso. (MIGNOLO, 2005)

Vários muros e fronteiras foram criados para justificar o modelo europeu, e entre eles está o domínio colonial. Segundo Mignolo, a colonialidade nada mais é do que a face oculta da modernidade, que surge do sentimento de inferioridade imposto aos que não se encaixam no modelo adotado pela Europa. E como muros têm pelo menos dois lados, há uma clara dicotomia modernidade/colonialidade, na medida em que a identificação europeia, classificada como *moderna* e *civilizada*, é justificada por meio da categorização oposta das *colônias*, tidas como *bárbaras* e *atrasadas*. Esse tipo de pensamento condenável “justificaria” a escravidão, a matança e a exploração dos povos nativos. O que hoje em dia ainda permanece em vigor, atrelado aos aspectos étnicos, culturais, artísticos, literários...

Mignolo deixa claro que – no *pensamento decolonial* – colonialidade e modernidade estão intimamente ligadas. Pensar de maneira decolonial requer uma mudança de posicionamento frente à história, deixando de almejar esta *modernidade*, e passando a enxergá-la realmente como um constructo europeu em favor de seus interesses e não no dos povos colonizados. Não adianta, portanto, continuar pensando igual e dando voz a esse tipo de ação que só faz alimentar o que o autor chama de *ferida colonial*, pois acarreta graves consequências psicológicas, físicas, racistas e tantas outras que colocam os “descobertos” na eterna condição de objeto e não de sujeito.

### **3. Muros, fronteiras, margens, limites, periferias, orillas**

#### ***Las orillas de Borges***

É transcrito a seguir um trechinho de uma entrevista concedida por Walter Mignolo à *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, na qual ele fala sobre pensamentos fronteiriços.

O pensar fronteiriço é uma maneira de ser e de existir de todos aqueles e aquelas que habitam o *border*, “/”, na fronteira que separa e une colonialidade e modernidade. Não há outra forma para quem habita o lado da colonialidade. Quem habita a fronteira do lado da colonialidade “sente”, cedo ou tarde, a diferença colonial. A questão é o que fazemos uma vez que estamos conscientes?

Há três caminhos possíveis: tentamos nos assimilar, e boa sorte na assimilação; nos adaptamos o melhor que podemos, pois temos que viver; ou, a terceira, nos adaptamos e começamos a construir projetos que apontam para outras formas de vida. Neste momento a

consciência e o ser de fronteira transformam-se no pensamento fronteiro em ação, colocamos a experiência e o pensamento em ação. (MIGNOLO, 2013)

No intuito de corroborar esta linha de reflexão de Mignolo, encontra-se um bom exemplo no livro de Beatriz Sarlo, *Borges, um escritor na periferia* (SARLO, 2008). E sobre o escritor argentino, Jorge Luis Borges, ela diz:

Posto entre limites (de gêneros literários, de línguas, de culturas), Borges é o escritor das margens [em espanhol, “*las orillas*”<sup>2</sup>], um marginal no centro, um cosmopolita à margem; um escritor que confia à potência do procedimento e à vontade de formar as dúvidas em aberto sobre a dimensão filosófica e moral de nossas vidas; um escritor que, paradoxalmente, constrói sua originalidade por via da citação, da cópia, da reescrita de textos alheios, porque desde sempre pensa a escrita a partir da leitura e desconfia da possibilidade de representação literária do real. (SARLO, 2008, p. 21)

Borges não se deixa rotular, ele escreve em um encontro de caminhos, sua obra não é límpida e não se instala por inteiro em nenhum lugar, traz rachaduras em seu centro, deslocando-se juntamente com várias culturas que se tocam e se repelem em *las orillas*. Ele desestabiliza as grandes tradições ocidentais e, também, as orientais que conheceu, entrecruzando-as e misturando-as em suas diversas faces. O autor argentino (vale aqui a ênfase no argentino, pois Borges é o mais argentino entre os autores argentinos) “pode ler como lê as literaturas estrangeiras porque está lendo ou leu a literatura rio-pratense” (SARLO, 2008, p. 19). Desta periferia, ele imagina uma relação não dependente com a literatura estrangeira e descobre o próprio tom de seu país justamente porque não se sente um estranho entre livros ingleses e franceses.

À margem, Borges consegue dialogar de igual para igual com a literatura ocidental, fazendo da margem uma estética. Sua originalidade está em sua resistência em ser encontrado onde o procuramos; ironia pura, pois consegue iludir tanto os que tentam fixar um sentido, quanto os que imaginam não haver sentido algum.

---

<sup>2</sup> Optou-se por colocar a expressão espanhola *las orillas* entre colchetes, por não se encontrar uma tradução, que contivesse a força deste vocábulo, que engloba um lugar indeciso entre a cidade e o campo; e que também pode ser traduzido e/ou conter os seguintes significados: margem, fio, limite, fronteira, periferia. Vale esclarecer que a edição em português optou por traduzir *orillas* como *periferia*, apenas no título. Ao longo da obra, muitas vezes, decidiu-se não traduzir a palavra. A ressalva merece ser feita, pois apesar de o uso da palavra *margem* nessa transcrição, há que se fazer justiça ao tradutor, Samuel Titan Jr., e ao editor da obra, que tiveram o cuidado de laborar verdadeiros malabarismos, a fim de serem fieis ao texto de Beatriz Sarlo. Obs.: A editora Iluminuras incluiu uma nota (2008, p. 11) sobre a tradução, esclarecendo a postura adotada na edição brasileira, além do cuidado da própria autora que esclarece os sentidos em jogo.

Nesse percurso de metáforas fronteiriças, é preciso registrar a oposição entre cidade e campo, espaço nacional e estrangeiro; e, para os escritores argentinos, a Europa está diretamente associada à cidade e à modernidade; por sua vez, o mito de que o campo é o lugar de origem da nação, resiste. Borges consegue, em sua literatura, construir esse lugar indeciso entre a cidade e o campo, uma paisagem intocada pela modernidade; em *las orillas* ele encontra vestígios do campo nas ruas e bairros que renunciam a esses espaços tomados pela cidade moderna.

Durante um certo tempo, o termo *las orillas* servia para designar os bairros distantes e pobres, limítrofes com a planície que cercava a cidade. Borges liberta as *orillas* do estigma social que as identificava e, longe de considerá-las uma demarcação, ele se detém ali e cria um espaço literário. Inscreve uma literatura no limite, reconhecendo uma forma cifrada da Argentina, trabalhando com todos os sentidos de *orillas* – margem, limite, costa, fio, fronteira, periferia... (SARLO, 2008, p. 48-49).

### **Pierre Menard, autor do *Quixote*<sup>3</sup>**

No conto “Pierre Menard, autor do *Quixote*”, Borges subverte o *status quo* ao destruir, por um lado, a ideia de identidade fixa de um texto; de outro, a ideia de autor; e, finalmente, a de escrita original. O sentido se constrói num espaço de fronteira entre o tempo da escrita e o tempo do relato; entre o da escrita e o da leitura. Sobre os capítulos escritos por Menard antes de sua morte, Borges afirma que “são infinitamente mais ricos” que os de Cervantes, por mais que, ao mesmo tempo, sejam idênticos a eles. Soa paradoxal? O que o autor argentino demonstra com isso é que os textos são reescritas de outros e os processos e as condições de enunciação modificam todos os enunciados. (SARLO, 2008, p. 66-67)

Somente o Adão mítico, abordando com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já dito na fala de outro. Nenhuma palavra é “neutra”, mas inevitavelmente “carregada”, “ocupada”, “habitada”, “atravessada” pelos discursos nos quais “viveu sua existência socialmente sustentada”. (AUTHIER-REVUZ, citando e complementando BAKHTIN, 1993, p. 88)

E mesmo esse Adão mítico poderia ser acusado de não ter uma fala original. (*Sua fala teria sido precedida pela de Deus?*) A verdade é que tanto Bakhtin quanto Borges

---

<sup>3</sup> “Pierre Menard, autor do *Quixote*”. In: BORGES, Jorge Luis. *Ficções* (1944), tradução de Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

deixam clara a impossibilidade da originalidade do discurso (sem antecedentes), e, ironicamente, tornam isso bem visível nesse afável paradoxo que reivindica um lugar para a literatura argentina (*e por que não dizer latino-americana?*).

[...] já que nenhum texto pode reclamar para si a originalidade, desfaz-se a inferioridade das margens, das *orillas*: o escritor periférico tem as mesmas prerrogativas de seus predecessores ou contemporâneos europeus. (SARLO, 2008, p. 68)

#### **4. Capital literário, meridiano de Greenwich, visibilidade e tradução**

De acordo com Pierre Bourdieu (1996 e 2005), no universo do mercado de bens simbólicos, é preciso entender como funciona a engrenagem que envolve criação, produção, circulação, crítica, consumo e comentário das obras. Engrenagem esta que também atua no campo literário e se encontra diretamente ligado à noção de valor da obra, e, pressupõe posicionamentos que definem sua aceitação e longevidade no sistema literário. Visto que há uma vasta rede de entrelaçamentos, com uma lógica interativa própria, que rege essa orquestra em que escritores, leitores, editores, livreiros, agentes, críticos, e demais operadores que cumprem um papel importante no enquadramento ou reenquadramento das obras.

##### **A República Mundial das Letras – Capital Literário**

Segundo Pascale Casanova (2002, p. 26), a República Mundial das Letras tem seu modo próprio de funcionar, sua economia gera hierarquias e violências. Sua geografia constituiu-se a partir da oposição entre uma capital literária (universal) e regiões que dela dependem (literariamente), e que se definem por sua distância estética da capital. A despeito das ditas autoridades legítimas em matéria de reconhecimento literário, e encarregadas de legislar literariamente, esse território percorrido muitas vezes e sempre ignorado, permaneceu invisível por repousar em uma ficção aceita por todos os protagonistas do jogo. Foi essa ficção que ocultou até hoje a realidade das estruturas do universo literário. Ou seja, o espaço literário, centralizado, recusa-se a confessar sua situação de “intercâmbio desigual” e o funcionamento real de sua economia específica, justamente em nome da literatura declarada pura, livre e universal.

Assim como há o meridiano de Greenwich, que marca o ponto inicial para determinar a longitude de uma coordenada geográfica, também há um meridiano de

Greenwich literário. Casanova entende a produção literária como um jogo no qual diferentes obras concorrem em busca de autonomia, no sentido de se aproximar mais deste meridiano, isto é, o espaço com maior acúmulo de capital literário e, portanto, maior autonomia, onde se produzem mais obras próximas de valores ditos cosmopolitas e menos vinculadas ao nacionalismo literário. E para a autora esta capital é a França (mais especificamente, Paris).

Para Pascale Casanova existiriam territórios e fronteiras literárias independentes dos traçados políticos – um mundo secreto, mas ao mesmo tempo perceptível a todos, principalmente aos mais desfavorecidos (*por deles serem vítimas*). As batalhas seriam travadas entre línguas rivais, e as revoluções seriam ao mesmo tempo literárias e políticas. Essa história só poderia ser decifrada a partir da medida literária do tempo, “tempo” próprio ao universo literário,<sup>4</sup> mas também a partir da localização de um presente específico: o “meridiano de Greenwich” literário. (CASANOVA, 2002, p. 18)

A língua é um dos principais componentes do capital literário. Sabe-se que a sociologia política da linguagem só estuda o uso (e o “valor” relativo) das línguas no espaço político-econômico, ignorando aquilo que, no espaço propriamente literário, define seu capital linguístico literário, o que proponho denominar “literariedade”. Em virtude do prestígio dos textos escritos em certas línguas, existe no universo literário línguas consideradas mais literárias que outras e que pretensamente encarnam a própria literatura. A literatura está ligada à língua a ponto de se identificar “a língua da literatura” (a “língua de Racine” ou a “língua de Shakespeare”) à própria literatura. Uma grande literariedade ligada a uma língua supõe uma longa tradição que refina, modifica, amplia a cada geração a gama das possibilidades formais e estéticas da língua; ela estabelece e garante a evidência do caráter eminentemente literário do que é escrito nessa língua, tomando-se por si só um “certificado” literário. (CASANOVA, 2002, p. 33)

Casanova aponta a tradução como uma instância de ratificação e uma das principais vias de acesso ao universo literário para todos os escritores; e acrescenta que, para os rotulados como “excêntricos”, esta é uma forma de reconhecimento literário e não apenas uma simples mudança de língua. A tradução é o maior desafio e a arma primordial da rivalidade universal entre os jogadores, uma das formas específicas da luta no espaço literário internacional, cujo uso difere de acordo com a posição do tradutor e do texto traduzido.

---

<sup>4</sup> Para Pierre Bourdieu, há um “tempo” próprio aos acontecimentos capazes de “marcar época” no universo literário que só pertence a ele e que não é necessariamente “sincrônico” com a medida do tempo histórica (isto é, política) que se impôs como oficial e legítima.

A obra traduzida ganha um certo *status* de consagração literária. Um selo de garantia que passa a acompanhá-la: “Vejam, foi até traduzido”, ou então, “Foi traduzido em tantas línguas”. Adicione-se a isso um degrau a mais se for em uma língua com “capital literário” – como a francesa, por exemplo.

[...] é a tradução para uma grande língua que vai fazer seu texto entrar para o universo literário: a tradução não é uma simples “naturalização” (no sentido de uma mudança de naturalidade), ou a passagem de uma língua para outra; é, muito mais especificamente, uma “literalização”. Os escritores do *boom* latino-americano passaram a existir no espaço literário internacional a partir de sua tradução para o francês e do seu reconhecimento pela crítica francesa. (CASANOVA, 2002, p. 171-172).

Casanova considera a tradução um instrumento vital para a projeção de um texto e de seu autor – especialmente os localizados na periferia literária. Portanto, para os autores cuja língua é considerada periférica, a tradução significa uma porta de entrada para o “salão de festa” de reconhecimento mundial. O autor traduzido ganha um combustível extra na dura batalha mercadológica.

Por outro lado, os autores traduzidos dos grandes centros hegemônicos, já chegam ao mercado literário das periferias carregados de um prestígio que, muitas vezes, só reafirma a dominação. O predomínio da indústria cultural dos grandes centros é, de fato, marcante e controla os mercados com seu grande aparato de visibilidade e capital literário.

### **Outras considerações sobre traduções – imperialistas e colonialistas**

Nem tudo são flores. Em uma análise feita por Hatim e Mason (1997) do texto *¿Tiene la historia un destino? (History or destiny?)*, por Miguel León-Portilla, sobre antigas culturas indígenas mexicanas – publicado em três línguas (espanhol, francês e inglês) no periódico da Unesco *El correo de la Unesco/The Unesco courier*,<sup>5</sup> de abril de 1990 –, fica clara a ideologia subjacente. Na “tradução”, do referido texto (feita do espanhol para o inglês), são reveladas imagens muito diferentes sobre outras culturas, demonstrando a espécie de colonialismo que vigora.

Por exemplo, *antiguos mexicanos* se tornam *indians*; *el hombre indígena* se torna *pre-Columbian civilization*; *sabios* se tornam *diviners*... O que está em jogo aqui não é

---

<sup>5</sup> Disponíveis, em espanhol, em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000855/085577so.pdf>> e, em inglês, em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000855/085577eo.pdf>>. Acessado em 09/07/2017.



simplesmente uma má-escolha acidental e, sim, reiteradas demonstrações, dessa cultura imperialista e colonialista, que reforçam a noção de poder e corroboram o que os autores da análise dizem: este tipo de tradução adotado transmite “uma ideologia que subestima a ação – e o valor – dos mexicanos e dissocia história de destino”.

Ao longo da história, muitas vezes, as traduções sobre outras culturas foram cúmplices nesse projeto imperialista de colonização. Segundo Niranjana (1991), em seus estudos sobre traduções coloniais e pós-coloniais, a tradução molda e toma forma dentro das relações assimétricas de poder que operam sob o colonialismo. Ao formar um certo tipo de sujeito, ao apresentar versões particulares do colonizado, a tradução faz renascer conceitos estendidos de realidade, de saber e de representação. Esses conceitos, e o que eles nos permitem supor, obscurecem completamente a violência que acompanha a construção do sujeito colonial – que continua sendo tratado como objeto.

A tradução, quando assume esta postura política, tem como tendência domar as culturas dos colonizados, que precisariam resistir a serem tratados como objetos, pois longe disso, são sujeitos com voz ainda que queiram tratá-los como subalternos.

### **A fala do subalterno**

Gayatri Spivak, em sua obra *Pode o subalterno falar?*<sup>6</sup> – na qual ela relata a história de uma jovem indiana que não pode se autorrepresentar, e, portanto, não pode falar, e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir –, se propõe a discutir as representações de sujeito dominado.

O termo subalterno descreve “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”. (SPIVAK, 2010, p. 12)

A autora indiana refere-se ao fato de a fala do subalterno e do colonizado ser sempre intermediada pela voz de outrem. Ao longo da obra ela critica a posição do intelectual pós-colonial, pois sua função não é falar pelo subalterno, mas criar condições para que o sujeito subalterno o faça e possa ser ouvido. E isso é imprescindível, caso contrário, o outro lado *do falar* – ou seja, o *ser ouvido* –, não acontece.

---

<sup>6</sup> O próprio título da obra em inglês, *Can the subaltern speak?*, pelo uso do auxiliar modalizador *can*, em vez de *may*, por parte da autora, amplia a pergunta. O *can* não se restringe ao sentido de pedir permissão que ocorre em *may*, mas amplia as inferências do leitor para “permissão”, “capacidade” e “surpresa diante da possibilidade” de o subalterno poder falar.

Em um artigo intitulado “The Politics of Translation” (1993), Spivak afirma que “não são os corpos de sentido que são transferidos nas traduções”, mas sim a linguagem e seu papel para um determinado agente. Para ela, mesmo a mais laboriosa tradução é uma tarefa quase impossível do tradutor, pois por meio dela, tem de se tentar fazer falar o texto de outro, em um processo de aproximações e negociações. E isso, no caso dos colonizados, ganha uma importância ainda maior, pois segundo o modo de pensar de Spivak é preciso que se fale do lugar de enunciação sob o risco de apagá-lo.

## **5. Considerações finais**

O futuro da América Latina depende da ruptura de paradigmas. Em vez de deixarmos que se construam cada vez mais muros, precisamos construir pontes que promovam a união respeitosa de nossos povos e culturas. Temos que nos conscientizar de que somente ao perceber a realidade com um novo olhar, é que teremos a possibilidade de nos vermos como condutores de nossas vidas; sem a ingenuidade de achar que é possível apagar o passado. Carregamos, sim, a crueldade e a violência que nos foi imposta pela chegada dos dominantes, mas, em contrapartida, também não podemos nos negar a chance de reconstruir uma identidade que, apesar de ter sido forjada contra a nossa vontade, é a que talvez tenhamos que assumir e/ou resolver, mas devemos fazer isso sem nenhum resquício de subalternidade.

Walter D. Mignolo nos mostra um caminho, a partir de uma opção decolonial e de uma recriação do “continente americano” e seus consequentes novos significados e imaginários, livres dos controles exercidos pelo projeto eurocêntrico hegemônico. Utiliza a expressão indígena *Abya Yala* para (re)batizar e (re)significar o nome “América Latina”, que para ele está diretamente ligado à colonialidade, que a marca a ferro e a deixa cativa do vocabulário retórico da modernidade, ou seja, do autorrelato que parece civilizatório e salvacionista.

Não adianta fingir que se tem voz, quando, na verdade, continua-se assumindo uma postura de subalterno – não apenas nos atuais contextos de descrição das condições de vida de indivíduos e camadas sociais em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna –, mas também no sentido de Gramsci, no qual as operações político-culturais da hegemonia escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dos subalternos, cujas vozes não podem ser ouvidas.

Pascale Casanova, mesmo com seu olhar tipicamente parisiense, torna manifesto um jogo que insiste em ser disputado até mesmo pelos peões colonizados, em meio a reis, rainhas, torres, bispos e cavalos europeus. Apesar das críticas que recebeu em alguns aspectos, sua obra *A República Mundial das Letras*, desvela uma das faces do capital literário e seu meridiano de Greenwich, com seus intercâmbios desiguais.

Revelar um mundo secreto – no qual o capital literário nem sempre está associado ao econômico, mas que dele acaba sendo vítima de um modo ou de outro –, é uma grande contribuição, pois traz à tona o que para muitos vivia submerso num lago de águas não tão límpidas. O prestígio de certas línguas, consideradas mais literárias que outras, equivalem a uma certificação literária.

Muitos povos colonizados deram e continuam dando legitimidade a esses centros hegemônicos em detrimento da periferia. Querem apenas chegar lá e quando o conseguem, acabam por reforçar essas fronteiras. E o fazem, muitas vezes, por não encontrarem políticas de valorização em seus países considerados “sub” qualquer coisa, relegados a categorias não relevantes.

As traduções também são instrumentos de projeção de obras e autores, ganhando *status* de consagração literária, quando versadas para as línguas consideradas influentes, porém, é preciso ver o outro lado das traduções com ideologias que reiteram culturas imperialistas e colonialistas, que tentam disfarçar e esconder a violência imposta aos sujeitos coloniais, tratados como subalternos sem voz verdadeira.

Beatriz Sarlo traz um belo exemplo deste *entrelugar* que Borges ocupa com sua literatura de *las orillas*. Por não se deixar rotular e ser um escritor que não se intimida, escreve de igual para igual e faz de sua Argentina uma metáfora fronteira desse embate entre a modernidade e a colonialidade, entre a cidade e o campo, entre a Europa e a periferia. E com sua obra posta entre limites, representada muito bem por *Pierre Mernard, autor do Quixote* e sua heterogeneidade enunciativa, conquista um lugar para a literatura latino-americana, dando um drible desconcertante no dominador.

No Prefácio de *A América Latina existe?*, escrito por Eric Nepomunemo, ele relata que certa vez ouviu de Darcy Ribeiro uma frase-guia que era a perfeita definição de sua luta e utopia: “Nós, latino-americanos, só temos duas opções: nos resignarmos, ou nos indignarmos. E eu não vou me resignar nunca.” (RIBEIRO, 2010, p. 20) Que tenhamos coragem para fazer o mesmo.

## Referências bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. “Heterogeneidade(s) enunciativa(s)”. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 19, p. 25-42. Campinas, Unicamp: 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética: a teoria do romance*. 3ª ed. São Paulo: Editora Unesp/Hucitec, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Organização Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GRAMSCI, A. *Escritos políticos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

MIGNOLO, Walter D. *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2005.

\_\_\_\_\_. “Decolonialidade como o caminho para a cooperação”. In: *IHU On-line, Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, nº 431, Ano XIII, 04/11/2013, ISSN 1981-8769. São Leopoldo, RS, 2013, p. 21-25. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao431.pdf>

RIBEIRO, Darcy. *A América Latina existe?* Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.

SARLO, Beatriz. *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia*. Tradução de Samuel Titan Jr. São Paulo: Iluminuras, 2008.

SPIVAK, Gayatri. *Morte de uma disciplina*. Santiago do Chile: Palinódia, 2009.

\_\_\_\_\_. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. “The politics of translation”. In: *Outside in the teaching machine*. New York: Routledge Classics, 1993.